



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO 2º QUADRIMESTRE
PREFEITURA MUNICIPAL

Processo: eTC-4546.989.18-7

Entidade: Prefeitura Municipal de Monte Mor

Assunto: Acompanhamento das Contas Anuais

Exercício: 2018

**Período
examinado:** 2º Quadrimestre de 2018

Prefeito: Sr. Thiago Giatti Assis
CPF N.º: 195.660.708-02

Relator: Conselheiro Dimas Ramalho

Instrução: UR-03 - DSF-I

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-30.973/026/00, registramos a notificação do Sr. Thiago Giatti Assis responsável pelas contas em exame, Anexo 1.

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do município:

DESCRIÇÃO	FONTE/DATA	DADO
POPULAÇÃO	Relatório Smart 2017	56.359 habitantes
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Relatório Smart 2017	R\$ 190.355.219,80



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2015	2016	2017
IEG-M	B	B	C+
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B+	B+	B
i-Educ	B	B	B
i-Saúde	B+	B	C+
i-Amb	B	B	C+
i-Cidade	A	B+	A
i-Gov-TI	B	C+	B+

Índices de 2017 após verificação/validação da Fiscalização.

A Prefeitura analisada obteve, nos 03 (três) últimos exercícios apreciados, os seguintes **PARECERES** na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2015	2206/026/15	Favorável com recomendação
2014	0114/026/14	Favorável com recomendação
2013	0164/026/13	Favorável com recomendação

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M - Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pelo Chefe do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Análise das denúncias, representações e expedientes diversos;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações bem como do 1º Quadrimestre de 2018;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas do e. Tribunal de Contas do Estado.

O Relatório do 1º Quadrimestre está colacionado no evento 47 destes autos.

O presente Relatório Quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da Fiscalização do 3º Quadrimestre (fechamento do exercício), oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A.1.1. CONTROLE INTERNO

A Prefeitura não instituiu o sistema de Controle Interno em desacordo como o estipulado nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

Todavia, houve a designação de servidor para exercer função do Controle Interno. O servidor foi nomeado através da Portaria nº 3.300, de 13 de novembro de 2013 e, embora possua cargo efetivo, exerce concomitantemente a função comissionada de Diretor de Planejamento Orçamentário e Convênio. (Anexo 2-p02 parte 1)

O responsável pelo Controle Interno disponibilizou o relatório referente ao período de janeiro a agosto de 2018.

Por fim, o relatório do Controle Interno foi enviado ao Senhor Prefeito que segundo declaração encartada no Anexo 2 - p03 parte 1 determinou providências no sentido de conter as despesas, restringir as contratações e horas extras bem como a incrementar as receitas.

(Doctos. encartados no Anexo 2 parte 1 a parte 3)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



A.2. IEG-M - I-PLANEJAMENTO

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, não recebem treinamento sobre planejamento.
- Não há relatórios com avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município.
- As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto, contrariando art. 167 da CF.
- Não foi criada e estruturada a Ouvidoria do Órgão.
(Declarações acostadas no Anexo 3)

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$	
(+) RECEITAS REALIZADAS	126.824.923,23	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	132.614.908,05	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	5.604.067,94	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA		
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-11.394.052,76	-8,98%

(Relatório de Instrução juntado neste evento no Anexo 4)

Nos termos do artigo 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o Município alertado**, por quatro vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento. (Anexo 5)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema AUDESP, referentes ao 2º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.2. IEG-M - I-FISCAL

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- Não há regulação específica que estabeleça critérios para a inscrição de débitos em dívida ativa conforme estabelece a Lei nº 6.830/80.
- O recebimento da dívida em relação ao estoque inicial foi menor que 10%.

(Declaração acostada no Anexo 6)

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

1. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações:		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Parcial*
4	PASEP:	Sim

Constatamos a seguinte ocorrência:

*Não houve recolhimento da parte patronal dos Encargos do RPPS;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



O Município não dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária.

(Doctos. juntados no Anexo 7)

2. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

➤ Perante o RPPS (Ipremor):

Reparcelamento sub judice

A prefeitura informou, documentos acostados no Anexo 08 - p 02/19, que devido o parcelamento nº 00654/2017 ter sido considerado irregular pelo Ministério da Fazenda - Secretaria da Previdência, PAP nº 048/2016, não foi aprovado o parcelamento nº 363/16, referente o exercício 2015, assim, o débito de **R\$ 12.725.580,66** (apurado em 27/07/2017) **não possui parcelamento.**

Reparcelamento do processo nº 2313/2017

Data da assinatura: 01/08/17

valor total parcelado: R\$ 18.007.884,50

quantidade de parcelas: 200

parcelas devidas no exercício: 12 (até 31/12/18)

pagas no exercício: 09 (até setembro/2018)

Obs.: Este reparcelamento substituiu o parcelamento nº 654/2017 referente aos exercícios de 2014 e 2016, segundo a Prefeitura em tela, foram quitadas dez parcelas as quais devem ser descontadas deste montante. (Este acordo engloba os parcelamentos de nºs 232 e 345/2017).

(Doctos. juntados no Anexo 8 - p2; 20/24)

Parcelamento do processo nº 621/2018

Data da assinatura: 17/04/2018

valor total parcelado: R\$ 19.333.654,18

quantidade de parcelas: 60

parcelas devidas no exercício: 08 (até 31/12/18)

pagas no exercício: 05 (até 31/08/2018)

(Doctos. juntados no Anexo 8 - p2; 25/33)

➤ Perante o INSS:

Parcelamento do processo s/nº - Lei nº 12996/2014

Data do deferimento: 24/11/2014

valor total parcelado: R\$ 4.925.649,01

quantidade de parcelas: 180



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



parcelas devidas no exercício: 12 (até 31/12/2018)
pagas no exercício: 08
(Doctos. acostados no Anexo 8 - p02; 34/44)

Do acima exposto, constatamos que no período em exame a Prefeitura cumpriu o acordado, excetuando o parcelamento sub judice.

3. DESPESAS DE ADIANTAMENTOS

Despesa com transporte/táxi

Analisado adiantamentos, empenhos n°s 4576/18 e 5429/18, referentes a despesas realizadas com viagens de alguns Servidores, verificamos que nas despesas realizadas com transporte/taxi, não consta o itinerário percorrido na maioria delas, o que impede um eficaz controle da prestação de contas bem como contraria o Princípio da Transparência.

(Doctos. juntados no Anexo 9)

Despesas com hospedagem

Cabe destacar que não consta no processo em comento a cotação de preços em relação à estada do Servidor.

(Doctos. juntados no Anexo 9)

4. TESOURARIA

1	Fiscalização Ordenada nº 03 de 12 de junho de 2018.			
	Tema	Tesouraria		
	Evento destes autos em que o Relatório foi inserido	26		
	Processo específico que trata da matéria nº	Nihil		
	Outras observações			
Irregularidades constatadas na inspeção da Ordenada:				
<div>1. A função de tesoureiro é exercida por servidor ocupante de cargo em comissão;</div> <div>2. Não existe normatização sobre os responsáveis pela movimentação bancária;</div> <div>3. Não existe Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prédio onde funciona a Tesouraria;</div> <div>4. Existe disponibilidade de caixa depositada em banco privado (Santander). Segundo a Origem, foi firmado um convênio para a arrecadação de tributos municipais junto ao referido banco;</div> <div>5. Os boletins de caixas e bancos ficam disponibilizados somente no sistema, não se encontrando arquivados com a assinatura do responsável pela tesouraria;</div>				



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



6. O Órgão efetua pagamentos em cheque, muito embora este meio seja de rara utilização, ocorrendo nos casos de pagamento de alugueis;
7. Constatamos a existência de conciliações bancárias atrasadas. A última concluída data de 31/01/2018;
8. As conciliações apresentadas não continham as assinaturas do responsável pela tesouraria e da contadora;
9. Não existem as evidências documentais de que o controle interno analisa as conciliações bancárias.

Constatações *in loco*:

Quando da fiscalização do 2º Quadrimestre verificamos que das irregularidades acima apontadas a prefeitura esta dando atendimento ao apontamento no item 07 (última conciliação concluída 30/06/2018).

5. LICITAÇÕES

Pregão Presencial nº 01/2018

Data de abertura: 22/01/2018

Objeto: Registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais de consumo, para diversas secretarias desta municipalidade.

Verificamos que o preço estimado para a contratação em tela, Anexo IX (Planilha de especificação e estimativa de preços) do edital, Anexo 10 - p15/16, teve como base o valor médio de três orçamentos solicitados pela prefeitura de Monte Mor, Anexo 10 - p.16/18.

Conforme ata de abertura do pregão, Anexo 10 - p19/22, seis empresas participaram do referido pregão sendo três delas desclassificadas por apresentarem preços inexequíveis com fundamento no item 8.4 letra "d" do edital¹.

Do acima, temos a informar que as desclassificações acima não obedeceram ao inciso II, artigo 48, da lei de Licitações uma vez que as empresas não tiveram a oportunidade de demonstrar através de documentação que os custos dos insumos eram compatíveis com a execução do objeto.

Outrossim, verificamos que o processo licitatório aqui tratado foi revogado (Anexo 10 - p23/24) e aberto novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, como segue:

¹ 8.4 – A análise das propostas pela Pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

d) cujos preços globais forem simbólicos ou irrisórios com os valores de mercado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Pregão Presencial nº 32/2018

Data de abertura: 29/06/2018

Objeto: Registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais de consumo, para diversas secretarias desta municipalidade.

Verificamos que o preço estimado para a contratação em tela, Anexo IX (Planilha de especificação e estimativa de preços) do edital, Anexo 10 - p37, teve como base o valor cotado em órgãos públicos conforme se observa no Anexo 10 - p. 38/53.

O que se observa ao comparar a estimativa de preços para a realização do objeto em questão é que o preço estimado neste pregão ficou bem abaixo do orçado quando do pregão nº 01/2018.

Ainda, constatamos que esse processo licitatório restou deserto, Anexo 10 - p54 e que a prefeitura em tela não abriu outro processo até a data da nossa fiscalização referente ao 2º Quadrimestre de 2018, (08/10 a 10/10/2018).

Por fim, da análise dos dois processos licitatórios acima ratificamos nosso entendimento de que a prefeitura em tela desobedeceu ao estabelecido na Lei de Licitações.

6. QUADRO DE PESSOAL

Observamos que o Órgão em tela não inseriu o Quadro de Pessoal referente ao 2º Quadrimestre do exercício examinado no Sistema AUDESP - Fase 3.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema AUDESP, apresentaram os seguintes resultados:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	27,19%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	25,51%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	22,46%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	114,04%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	112,14%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,67%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	88,27%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	88,27%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	77,67%

Relatório de Instrução juntado no Anexo 4.

Observamos conforme demonstrado no quadro acima que a Prefeitura Municipal em tela atingiu os 25% previstos na Constituição Federal.

Na análise dos gastos com recursos do FUNDEB acima, denota-se que, não obstante os mínimos tenham sido atendidos, verificamos que foram aplicados 14,04% a mais que o recurso disponível do FUNDEB, o que evidencia erro na classificação da fonte de recursos nos gastos com a educação.

C.2. IEG-M - I-EDUC

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- Houve despesas em subfunções relativas ao ensino médio, superior e/ou profissional no município, enquanto ainda há crianças de 0 a 3 anos fora da creche.
- O município possui 126 turmas de um total de 189 turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com mais de 24 alunos por turma (de 25 a 35 alunos), contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010;
- O município possui 133 turmas de um total de 189 turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com menos de 1,875 m² por aluno, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010;
- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m);
 - Nem todos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente no ano de 2018, como recomendam o Decreto nº 56.819/2011, a Lei nº 6.437/77;
 - O município possui mais de 10% do quadro de professores de creche como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009;
 - O município possui mais de 10% do quadro de professores de pré-escola como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009;
 - O município possui mais de 10% do quadro de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009.
- (Ofício acostas no Anexo 11)

ESCOLAS VISITADAS, CONFORME FOTOS ABAIXO:

Escola Municipal Miguel Jalbut



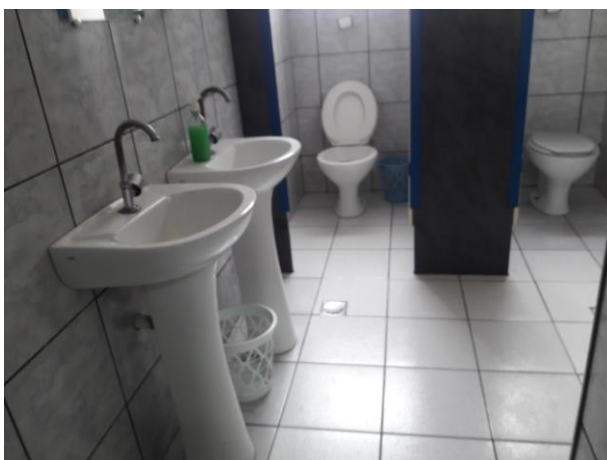
Identificação da escola



Corredor interno



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Banheiro feminino



Biblioteca



Salade de aula



Banco refeitório necessitando de conserto



Refeitório



Corredor externo necessitando de pintura



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



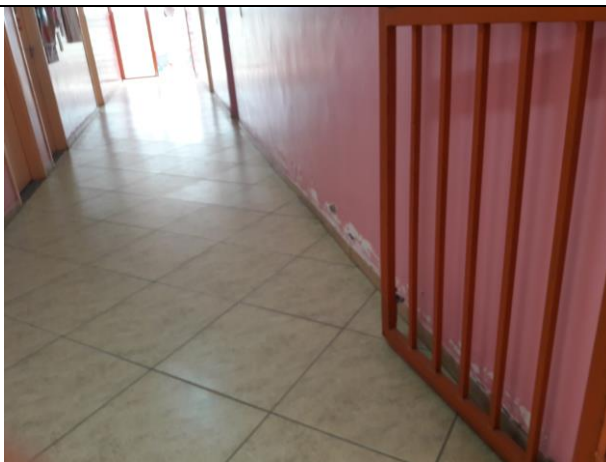
Escola Municipal José Gonzaga Ribeiro



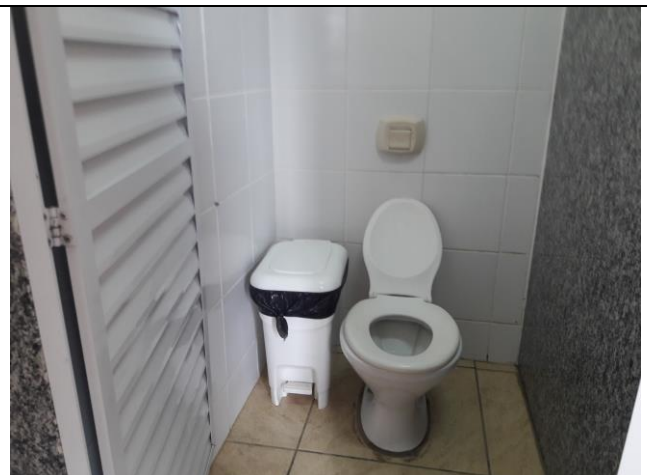
Identificação da escola



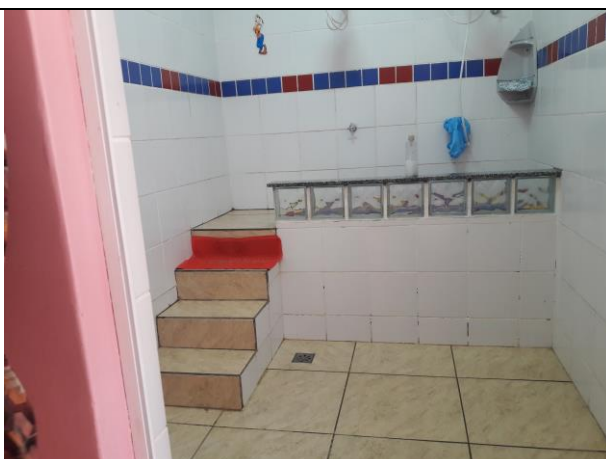
Despensa



Corredor interno



Banheiro infantil



Instalação de banho para as crianças



Sala de aula



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Pátio externo coberto



Pátio externo descoberto

1	Fiscalização Ordenada nº 05 de 09 de agosto de 2018.			
	Tema	Merenda		
	Evento destes autos em que o Relatório foi inserido	63		
	Processo específico que trata da matéria nº	Nihil		
	Outras observações	Escola Municipal José Gonzaga Ribeiro		
Irregularidades constatadas na inspeção da Ordenada:				
<div><div>1.</div><div>As portas e janelas das áreas de armazenamento e preparo dos alimentos não possuem telas milimetradas;</div></div> <div><div>2.</div><div>Não há alvará ou licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária;</div></div> <div><div>3.</div><div>Não há Relatório de Inspeção de Boas Práticas emitido pela Vigilância Sanitária;</div></div> <div><div>4.</div><div>O(a) nutricionista responsável não elaborou as Fichas Técnicas de Preparo (Documento individual para cada alimento, indicando o tipo – arroz, bife, salada, etc., sua composição nutricional e modo de preparo);</div></div> <div><div>5.</div><div>Não são aplicados testes de aceitabilidade junto aos alunos que recebem a merenda;</div></div> <div><div>6.</div><div>Não há AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade;</div></div> <div><div>7.</div><div>Não foi possível avaliar se os ingredientes abertos são etiquetados com as seguintes informações: nome do produto, data da retirada da embalagem original e prazo de validade após a abertura;</div></div>				



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



8. No espaço de armazenamento os produtos não estão armazenados em palets, prateleiras e ou estrados afastados do forro, da parede e do piso.

Constatações in loco:

Quando da fiscalização do 2º Quadrimestre visitamos a escola objeto desta ordenada e verificamos que das irregularidades acima apontadas a prefeitura deu atendimento ao apontamento no item 07.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	29,85%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	27,27%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	23,80%

Relatório de Instrução juntado no Anexo 3.

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- Não existe controle de resolutividade dos atendimentos dos pacientes.
- O número de equipes de Saúde da Família não cobre 100% da população do município.
- O Município possui protocolos de encaminhamento para realização de exames médicos e de consultas de especialidades para as referências, parcialmente.
- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), conforme Decreto nº 56.819/2011 e Lei nº 6.437/77.
- A Prefeitura/Secretaria da Saúde Municipal não possui Plano de Cargos e Salários para seus profissionais de saúde.
- O município não possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



- Não há controle do fluxo dos relatórios de referência e contra referência por especialidade.
- Não existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico).

(Doctos. acostados no Anexo 12)

- **UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA VISITADAS, VIDE FOTOS ABAIXO:**

USF - Celestino L. Guedes



Identificação da USF



Sala de Vacina



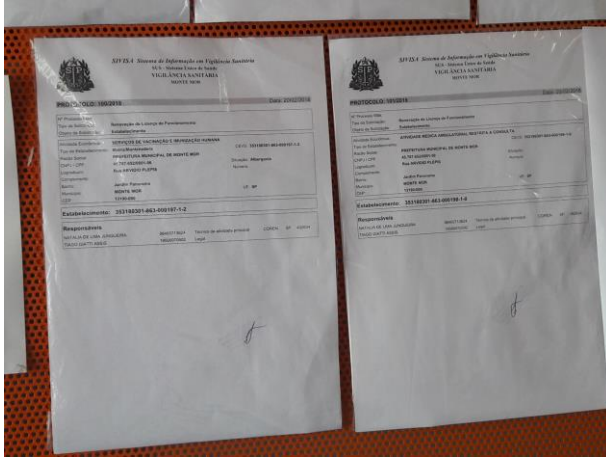
Sala de Atendimento



Sala de triagem



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Escala médica



Projeto Outubro Rosa

USF - Jorge Calil



Identificação da USF



Sala de atendimento



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Mais sala de atendimento



Sala de vacina

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- Nem todos os servidores da estrutura de Meio Ambiente possuem formação na área natural e/ou humana.
- O município possui cronograma parcial de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal.
- Nem todos os domicílios existentes no município foram atendidos pela coleta seletiva.
- O Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil se encontra em fase de elaboração.

(Ofício acostada no Anexo 13)

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- O Plano de Contingência de Defesa Civil está em fase de formalização.
- O Plano de Mobilidade Urbana está sendo objeto de estudo junto a RMC, visando a elaboração juntamente com as demais cidades integrantes da respectiva região.

(Doctos. acostados no Anexo 14)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema AUDESP.

G.2. IEG-M – I-GOV TI

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- A prefeitura municipal não define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI.
- A prefeitura não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI, em desacordo com a CF, Art.39 §2.
- A prefeitura municipal não possui um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação.
- Não há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor.

(Doctos. juntados no Anexo 15)

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.3. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Acompanha o presente processo de contas anuais, o seguinte protocolado:

01	eTC nº:	1453.989.18-8
	Interessado:	J.J. Antonioli & Cia Ltda
	Objeto	Supostas irregularidades ocorridas no âmbito da Prefeitura Municipal de Monte Mor, relacionadas ao julgamento do Pregão nº 001/2018, destinado ao registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais de consumo

O assunto em tela foi tratado no item B.3 – 5- Licitações deste relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



H.1. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

Quanto ao desatendimento as Instruções desta E. Corte verificamos que o município enviou extemporaneamente os seguintes documentos ao Sistema AUDESP, como segue:

Tipo de Documento	Referência	Ano	Dt. Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no Prazo	Dt. de Entrega
Conciliações Bancárias Mensais	1	2018	02/04/2018	Sim	Não	29/05/2018
Conciliações Bancárias Mensais	2	2018	12/04/2018	Sim	Não	19/06/2018
Conciliações Bancárias Mensais	3	2018	14/05/2018	Sim	Não	04/07/2018
Conciliações Bancárias Mensais	4	2018	14/06/2018	Sim	Não	26/07/2018
Conciliações Bancárias Mensais	5	2018	12/07/2018	Sim	Não	07/08/2018
Conciliações Bancárias Mensais	6	2018	10/08/2018	Sim	Não	24/09/2018

Quanto ao atendimento às recomendações desta Corte, salientamos que, embora as contas do exercício apreciado (2015) tenha transitado em julgado em 27/04/2018, não houve tempo hábil para o cumprimento das recomendações, motivo pelo qual, consideramos abaixo as decisões proferidas dos exercícios de 2013 e 2014, verificando que, no 2º Quadrimestre de 2018, a Prefeitura descumpriu as seguintes recomendações/determinações deste Tribunal:

Exercício: 2013	TC nº: 1461/026/13	DOE: 15/01/16	Data do Trânsito em julgado: 17/02/2016
Recomendações: Aprimore os mecanismos de planejamento; Promova rigoroso acompanhamento da gestão orçamentária; Assegurar o estrito cumprimento da Lei de Acesso à Informação; Regulamente o Sistema de Controle Interno.			

Exercício: 2014	TC nº: 114/026/14	DOE: 25/11/2016	Data do Trânsito em julgado: 31/01/2017
Recomendações: Atenda às recomendações e instruções exaradas por esta Corte de Contas; Efetivar o Controle Interno			



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

A.1.1. CONTROLE INTERNO

- O Controle Interno não foi regulamentado na municipalidade;
- Foi nomeado servidor que, embora possua cargo efetivo, exerce concomitantemente a função comissionada de Diretor de Planejamento Orçamentário e Convênio;

A.2. IEG-M - I-PLANEJAMENTO

- Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, não recebem treinamento sobre planejamento.
- Não há relatórios com avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município.
- As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto, contrariando art. 167 da CF.
- Não foi criada e estruturada a Ouvidoria do Órgão.

B.2. IEG-M - I-FISCAL

- Não há regulação específica que estabeleça critérios para a inscrição de débitos em dívida ativa conforme estabelece a Lei nº 6.830/80.
- O recebimento da dívida em relação ao estoque inicial foi menor que 10%.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

- **ENCARGOS**
- Não houve recolhimento da parte patronal dos Encargos do RPPS.
- O Município não dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



• **REGIME DE ADIANTAMENTO**

- **DESPESAS EM VIAGENS** com transporte/taxi não constava o itinerário percorrido na maioria delas, contrariando o Princípio da Transparência.
- **DESPESAS COM HOSPEDAGENS** ausência de cotação de preços.

Ordenada - TESOUREARIA de 12/06/2018

- A função de tesoureiro é exercida por servidor ocupante de cargo em comissão;
- Não existe normatização sobre os responsáveis pela movimentação bancária;
- Não existe Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prédio onde funciona a Tesouraria;
- Existe disponibilidade de caixa depositada em banco privado (Santander). Segundo a Origem, foi firmado um convênio para a arrecadação de tributos municipais junto ao referido banco;
- Os boletins de caixas e bancos ficam disponibilizados somente no sistema, não se encontrando arquivados com a assinatura do responsável pela tesouraria;
- O Órgão efetua pagamentos em cheque, muito embora este meio seja de rara utilização, ocorrendo nos casos de pagamento de alugueis;
- Constatamos a existência de conciliações bancárias atrasadas. A última concluída data de 30/06/2018;
- As conciliações apresentadas não continham as assinaturas do responsável pela tesouraria e da contadora;
- Não existem as evidências documentais de que o controle interno analisa as conciliações bancárias.

LICITAÇÕES

- Procedimento licitatório em desacordo com a Lei de Licitações

C. 1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

- Aplicação 14,04% a mais que o recurso disponível do FUNDEB, o que evidencia erro na classificação da fonte de recursos nos gastos com a educação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



C.2. IEG-M - I-EDUC

- Houve despesas em subfunções relativas ao ensino médio, superior e/ou profissional no município, enquanto ainda há crianças de 0 a 3 anos fora da creche.
- O município possui 126 turmas de um total de 189 turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com mais de 24 alunos por turma (de 25 a 35 alunos), contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010;
- O município possui 133 turmas de um total de 189 turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com menos de 1,875 m2 por aluno, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010;
- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal;
- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m);
- Nem todos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente no ano de 2018, como recomendam o Decreto nº 56.819/2011, a Lei nº 6.437/77;
- O município possui mais de 10% do quadro de professores de creche como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009;
- O município possui mais de 10% do quadro de professores de pré-escola como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009;
- O município possui mais de 10% do quadro de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009.

Ordenada Merenda de 09/08/2018

- As portas e janelas das áreas de armazenamento e preparo dos alimentos não possuem telas milimetradas;
- Não há alvará ou licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária;
- Não há Relatório de Inspeção de Boas Práticas emitido pela Vigilância Sanitária;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



- O(a) nutricionista responsável não elaborou as Fichas Técnicas de Preparo (Documento individual para cada alimento, indicando o tipo - arroz, bife, salada, etc., sua composição nutricional e modo de preparo);
- Não são aplicados testes de aceitabilidade junto aos alunos que recebem a merenda;
- Não há AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade;
- No espaço de armazenamento os produtos não estão armazenados em palets, prateleiras e ou estrados afastados do forro, da parede e do piso.

D.2. IEG-M - I-SAÚDE

- Não existe controle de resolutividade dos atendimentos dos pacientes.
- O número de equipes de Saúde da Família não cobre 100% da população do município.
- O Município possui protocolos de encaminhamento para realização de exames médicos e de consultas de especialidades para as referências, parcialmente;
- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), conforme Decreto nº 56.819/2011 e Lei nº 6.437/77.
- O Conselho Municipal da Saúde apontou 20 irregularidades.
- A Prefeitura/Secretaria da Saúde Municipal não possui Plano de Cargos e Salários para seus profissionais de saúde.
- O município não possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica.
- Não há controle do fluxo dos relatórios de referência e contra referência por especialidade.
- Não existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico).

E.1. IEG-M - I-AMB

- Nem todos os servidores da estrutura de Meio Ambiente possuem formação na área natural e/ou humana.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



- O município possui cronograma parcial de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal.
- Nem todos os domicílios existentes no município foram atendidos pela coleta seletiva.
- O Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil se encontra em fase de elaboração.

F.1. IEG-M - I-CIDADE

- O Plano de Contingência de Defesa Civil está em fase de formalização.
- O Plano de Mobilidade Urbana está sendo objeto de estudo junto a RMC, visando a elaboração juntamente com as demais cidades integrantes da respectiva região.

G.2. IEG-M - I-GOV TI

- A prefeitura municipal não define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI.
- A prefeitura não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI, em desacordo com a CF, Art.39 §2.
- A prefeitura municipal não possui um PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação.
- Não há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

- Desatendimento a Instruções do TCESP em relação a entrega extemporânea de documentos;
- Descumprimento às Recomendações do Tribunal.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR.3, em 19 de outubro de 2018.

Diva de Almeida
Agente da Fiscalização